



Universidade Federal da Paraíba
Comissão Própria de Avaliação



Relatório de Autoavaliação Institucional
da Universidade Federal da Paraíba

ANO 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

VALDINEY VELOSO GOUVEIA
Reitor

LIANA FILGUEIRA ALBUQUERQUE
Vice-reitora

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

FERNANDA VANESSA GOMES DA SILVA - Presidente

ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS - docente

GILSANDRO ALVES DA COSTA - docente

PAULO HENRIQUE DE MIRANDA MONTENEGRO - docente

CAROLINE RANGEL TRAVASSOS BURITY - Servidor Técnico Administrativo

MARIA JOSÉ RODRIGUES PAIVA - Servidor Técnico Administrativo

JOSÉ NILSON GREGÓRIO – Servidor Técnico Administrativo

RAQUEL TAYNAN CUNHA VIEIRA - discente

EUCLIDES RAFAEL DA COSTA MATIAS - discente

Sumário

INTRODUÇÃO	4
AÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFPB	5
DADOS GERAIS DOS RESULTADOS DA UFPB	7
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	7
EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO	10
AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES foi criado pela lei 10.861/2004, visando avaliar o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações no que tange a avaliação das instituições, dos cursos e o desempenho dos estudantes. Para tanto, o SINAES faz uso de diversos instrumentos, quais sejam: autoavaliação, avaliação externa, Enade, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação como o censo e o cadastro. Os resultados obtidos nessas avaliações objetivam alcançar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior nacionais.

A base do SINAES, então, está nas avaliações institucionais dos cursos e estudantes. As avaliações institucionais internas e externas consideram dez dimensões: I - Missão e PDI; II - Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; III - Responsabilidade social da IES; IV - Comunicação com a sociedade; V - As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo; VI - Organização de gestão da IES; VII - Infraestrutura física; VIII - Planejamento de avaliação; IX - Políticas de atendimento aos estudantes; e, por fim, a X - Sustentabilidade financeira. Essas dez dimensões estão distribuídas em cinco eixos, quais sejam: I – Planejamento e Avaliação Institucional; II – Desenvolvimento institucional; III – Políticas acadêmicas; IV – Políticas de gestão; e, para concluir, V – Infraestrutura física. Por sua vez, as avaliações dos cursos estão respaldadas em três dimensões, que são: Organização didático-pedagógica; Perfil do corpo docente; e as Instalações físicas.

O processo de autoavaliação conduzido pela CPA é realizado de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), envolvendo todos os segmentos da instituição, utilizando os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir dos documentos oficiais da instituição.

No ano de 2022, a CPA/UFPB em reunião com PROPLAN e PRG discutiram os eixos de avaliação para compor os Relatórios de Autoavaliação Institucional de 2022. Para o novo ciclo avaliativo ficaram definidos os seguintes eixos:

Eixo II – Desenvolvimento institucional e

Eixo IV – Políticas de gestão;

A partir da definição dos eixos a serem avaliados no ano de 2022, a comissão própria de avaliação elaborou e definiu o plano de trabalho para execução dos eixos 2 – Desenvolvimento Institucional e 4- Políticas de Gestão, para compor o Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional da UFPB – Ano 2022.

Nesse sentido, as autoavaliações institucionais propostas pelo SINAES, na UFPB, ocorrem através de instrumentos que são aplicados a toda comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos-administrativos) por meio do sistema *Sigadmin*, tendo em vista que a dimensão da instituição composta por 4 campi em seis cidades.

AÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFPB EM 2022

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), no ano de 2022, desenvolveu atividades relacionadas a autoavaliação institucional, a autoavaliação de cursos e a avaliação externa do MEC, conforme dispõe a lei 10.861/2004 (SINAES).

Realizou a gestão de metas e riscos da CPA para o PDI 2019-2023 juntamente com a PROPLAN.

Se reuniu com PROPLAN e PRG para discussão dos eixos de avaliação para compor os Relatórios de Autoavaliação Institucional de 2022.

Definição dos eixos 2 – Desenvolvimento Institucional e 4- Políticas de gestão para compor o Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional da UFPB – Ano 2022.

Elaborou, realizou a definição do plano de trabalho e a execução dos eixos a serem avaliados em 2022. Reuniu-se com membros da CPA para elaboração dos instrumentos de avaliação para o Eixo 4: Políticas de Gestão.

Ainda dentro da Autoavaliação Institucional, a CPA criou o instrumento do eixo 4 do SINAES (Políticas de gestão) e disponibilizou para todos os docentes e discentes responderem através do *sigadmin* durante o mês de dezembro de 2022. Após esse período, a CPA elaborou o relatório de autoavaliação da UFPB com os dados coletados nesse instrumento, dados estes que serão apresentados neste relatório.

No que tange a autoavaliação de cursos, a CPA disponibiliza em sua página oficial, três instrumentos de autoavaliação, um para cada segmento (docente, discente e técnico) para que os coordenadores utilizem nos cursos de graduação. Os resultados desses instrumentos são utilizados pela CPA para elaborar relatórios de autoavaliação de curso a pedido dos coordenadores.

No ano de 2022, foi elaborado o relatório autoavaliação de curso para Letras – CCHLA, Medicina – CCM e Direito - Santa Rita. A CPA também participou de reunião com avaliadores do MEC no ato de avaliação externa dos cursos de Biomedicina, Direito (Santa Rita) e Administração (CCAIE – Mamanguape).

Ainda dentro da meta do PDI “Implantar projeto de autoavaliação em 100% dos cursos da UFPB” até 2023 e aumentar a taxa de participação da comunidade acadêmica nos instrumentos de autoavaliação, a CPA realizou seminários em 13 dos 16 centros de ensino da UFPB para esclarecimentos de dúvidas com assessores de graduação, coordenadores de curso, chefes de departamento e diretores de centro para implantação dos projetos de Autoavaliação dos Cursos de Graduação de forma sistemática e uniforme para toda instituição.

Este relatório estará disponibilizado para toda comunidade no site da CPA (<https://www.ufpb.br/cpa>), servindo de fonte para os projetos de autoavaliação de cursos (obrigatório para todos os cursos em processo de avaliação do MEC), como instrumento norteador para a gestão universitária (planejamento e execução), bem como para toda a sociedade, sendo subsídio também para realização de pesquisas da graduação e da pós-graduação.

DADOS GERAIS DOS RESULTADOS DA UFPB

Resultados do instrumento aplicado aos discentes e docentes de toda a instituição, no período dezembro de 2022 tendo como número de respondentes: 11.407 discentes responderam ao questionário, sendo, portanto, 32% dos estudantes. Dos 2.630 docentes, 1642 responderam ao questionário, ou seja, 59% do total e 1178 técnicos-administrativos de um total de 3258, ou seja, cerca de 36%.

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este Eixo tem seu foco no PDI e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI.

Dessa forma, o Eixo Desenvolvimento Institucional assume o papel de induzir maior comprometimento da IES na construção de seu PDI, priorizando sua coerência e evolução. O Eixo Desenvolvimento Institucional contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

A UFPB tem como missão estabelecida em seu Plano de Desenvolvimento Institucional gerar e difundir conhecimento e inovação por meio de ensino, pesquisa e extensão para contribuir com o desenvolvimento da sociedade de forma sustentável, assegurando uma educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e de qualidade.

O atual PDI da UFPB foi elaborado em 2019 e tem vigência até o ano de 2023. A metodologia utilizada pela UFPB para elaboração do PDI 2019-2023 é baseada tanto na observação da legislação e normas vigentes, as quais orientam o exercício do planejamento nas IFES, quanto no livro de referência criado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (ForPlad).

O processo de elaboração do PDI 2019-2023 envolveu três fases, quais sejam: Preparação, Diagnóstico e Planejamento. Na fase de preparação, foram discutidos os elementos essenciais para a construção do plano, bem como a redação da nova Missão, Visão e Valores da instituição. Na fase do diagnóstico, foi elaborado o quadro da situação atual da Universidade e o levantamento de necessidades da comunidade universitária. Por fim, a fase de planejamento encerrou o processo inicial de elaboração do presente plano, culminando na construção do Mapa Estratégico e na definição de indicadores e metas que fomentarão a etapa subsequente de execução.

O plano aborda o perfil institucional da UFPB, apresentando um resumo histórico, as áreas de atuação acadêmica e a sua dimensão acadêmica e administrativa. Estão apresentados no documento: a cadeia de valor, de acordo com os macroprocessos institucionais; o mapa estratégico, com a descrição da missão, visão, valores e dos objetivos estratégicos, definidos por perspectivas construídas com base na metodologia do Balanced Scorecard (BSC); as diretrizes para as políticas acadêmicas; o cronograma de implantação de desenvolvimento da instituição apontando, apenas, os critérios para a criação de novos cursos, visto que a política estabelecida é a de consolidar a infraestrutura física e de pessoal para os cursos já existentes na UFPB; o cronograma e plano de expansão do corpo docente e técnico administrativo; a organização administrativa e as diretrizes para as políticas de gestão; o plano de inclusão social e promoção da acessibilidade; a infraestrutura física e instalações acadêmicas; o cronograma da avaliação institucional, o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira para o período; o processo de monitoramento, controle e revisão do PDI e; a política de gestão do risco do PDI. Para cada objetivo estratégico são definidos os indicadores e as metas, com indicação dos responsáveis pela execução de cada meta.

A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (Proplan), em especial a coordenação de Planejamento (Codeplan), é a principal responsável pelo processo de monitoramento, controle e revisão do PDI.

No ano de 2021 foi realizada a revisão do PDI, conforme previsto em seu texto inicial. Não foram feitas alterações estruturais no documento, como ajustes nos objetivos estratégicos do PDI e nas suas políticas, mas atualização dos indicadores de desempenho definidos no documento, haja vista que, nos dois primeiros anos de execução do planejamento estratégico institucional, surgiram dificuldades de mensuração e, conseqüentemente, do controle adequado do percentual de cumprimento da meta associada ao indicador. Alguns indicadores se mostraram de difícil mensuração ao longo

do tempo ou a sua implementação não se mostrou viável para o atual contexto da Universidade.

Assim, a UFPB apresenta um bom desenvolvimento institucional calcado em metas e indicadores concretos que são anualmente acompanhados, avaliados e revisados cujo objetivo é levar a UFPB a ser reconhecida como uma universidade inovadora, de excelência acadêmica, científica, tecnológica, artística, cultural e referência na gestão pública.

EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO - RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES APLICADAS PELA CPA EM DEZEMBRO DE 2022

O Eixo “Políticas de Gestão” tem como foco a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável. Esse Eixo contempla as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Serão apresentados os resultados relativos aos instrumentos aplicados para avaliar o Eixo 4 do instrumento de avaliação do INEP/MEC que aborda as políticas de gestão. O instrumento de autoavaliação das políticas de gestão da UFPB foi aplicado através do *SIGADMIN/UFPB* no mês de dezembro e teve como público alvo os docentes, discentes e técnicos-administrativos ativos da UFPB.

O instrumento de avaliação de credenciamento e credenciamento aplicado pelo MEC foi reformulado em 2017 e contempla no Eixo 4, ora avaliado, os seguintes indicadores: Titulação do corpo docente; Política de capacitação docente e formação continuada; Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo; Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância; Processos de gestão institucional; sistema de controle de produção e distribuição de material didático; sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional; sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.

Assim sendo, este instrumento de pesquisa, formulado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), objetivou obter informações referentes ao Eixo 4, conforme Nota Técnica Nº 14/2014 –

CGACG/DAES/INEP/MEC, bem como identificar junto à comunidade o grau de satisfação sobre as políticas de gestão da UFPB. Diante disso, foi solicitado a contribuição da comunidade acadêmica da UFPB, ativa no *Sigadmin*, para responder ao questionário utilizando a escala abaixo:

Em cada questão foi atribuído conceitos de 1 a 5 de acordo com as seguintes legendas:

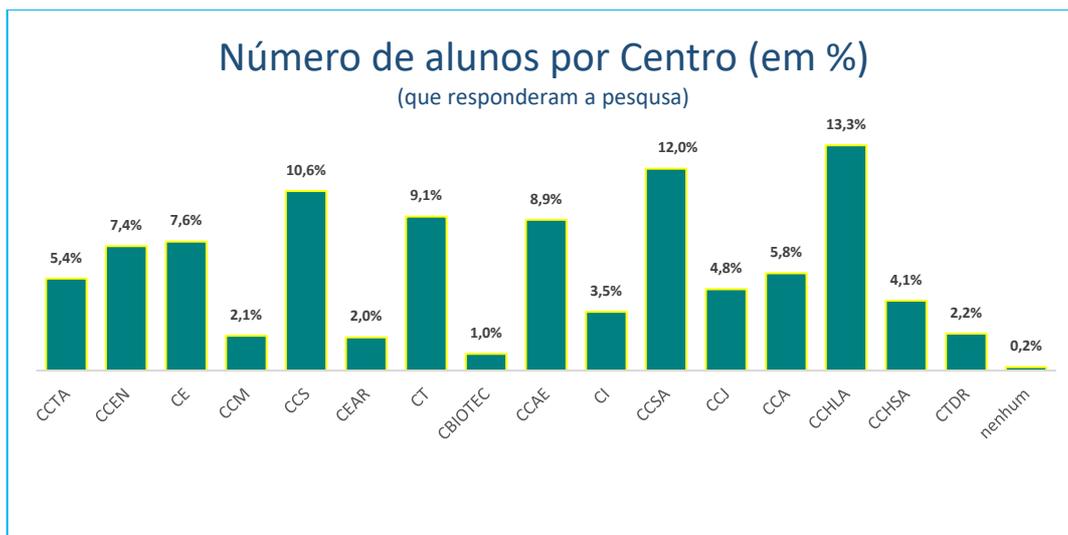
- Conceito 5 – Muito Satisfeito
- Conceito 4 – Satisfeito
- Conceito 3 – Indiferente
- Conceito 2 – Insatisfeito
- Conceito 1 – Muito Insatisfeito
- Conceito 0 – Não sei responder/Não se aplica

Um total de 11.407 discentes responderam ao questionário, sendo, portanto, 32% dos estudantes. Dos 2.630 docentes, 1642 responderam ao questionário, ou seja, 59% do total e 1178 técnicos-administrativos de um total de 3258, ou seja, cerca de 36%.

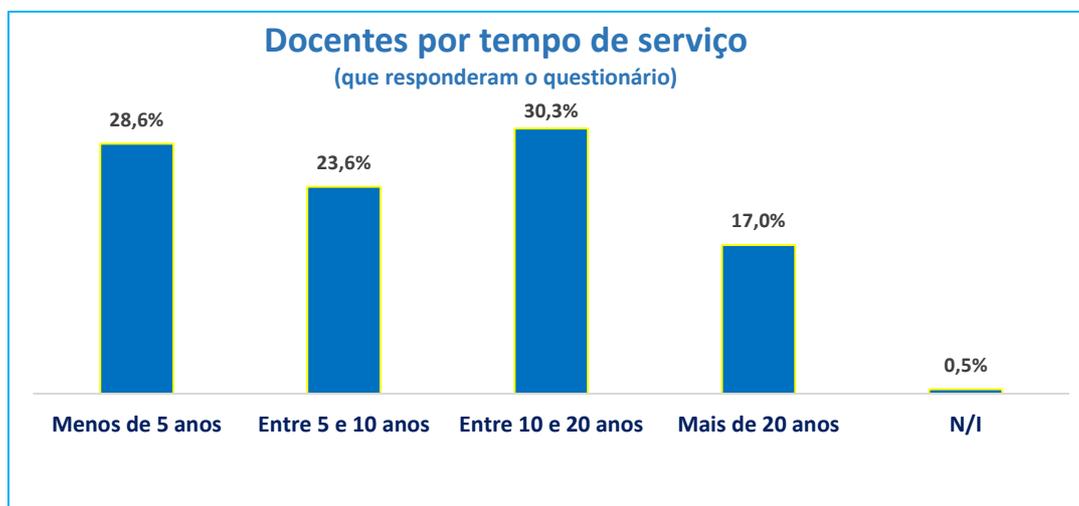
O número amostral de participantes de ambos os grupos, comparando os relatórios institucionais de 2019 a 2021 revela um aumento na compreensão da comunidade acadêmica da importância de participar da avaliação Institucional, ressaltando-se a não obrigatoriedade da mesma, pois esta será fonte de informações essenciais para o desenvolvimento e melhoria dos serviços prestados pela Instituição e das ações realizadas em todos os âmbitos da UFPB seja de ensino, pesquisa, extensão.

EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

Antes de mostrar os resultados do instrumento, vamos trazer alguns dados dos respondentes. No caso dos discentes, os três centros com o maior número de respondentes proporcional foram o CCHLA, o CCSA e o CCS. No que tange aos docentes, a maior quantidade de resposta veio daqueles docentes que possuem entre 10 e 20 anos de serviço na UFPB, seguidos pelos professores mais novos, com menos de 5 anos de tempo de serviço.



Fonte: CPA 2022

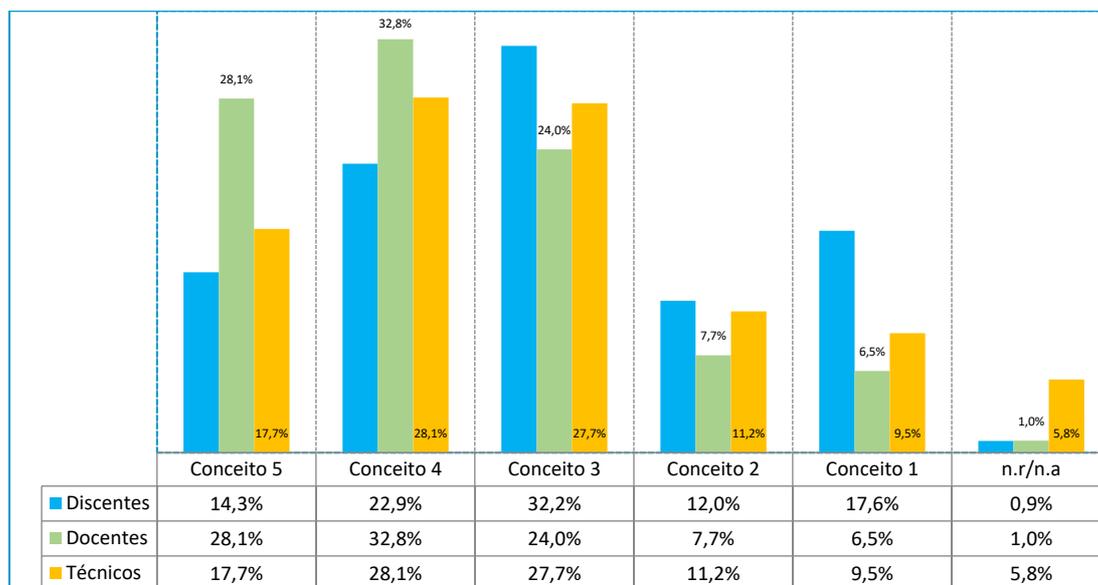


Fonte: CPA 2022

O instrumento do eixo 4 foi dividido em dois. As perguntas referentes aos processos de gestão institucional, sustentabilidade financeira e participação da comunidade interna foram aplicados aos três segmentos: docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos. Já as perguntas sobre política de capacitação docente e formação continuada; política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo foram aplicadas somente para o segmento interessado, tendo em vista que constituem políticas específicas de gestão de pessoas implantadas para o segmento específico.

Indicador: GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Pergunta 1 – A gestão institucional considera a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados (CONSEPE, CONSUNI E CONSELHO CURADOR) e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade?

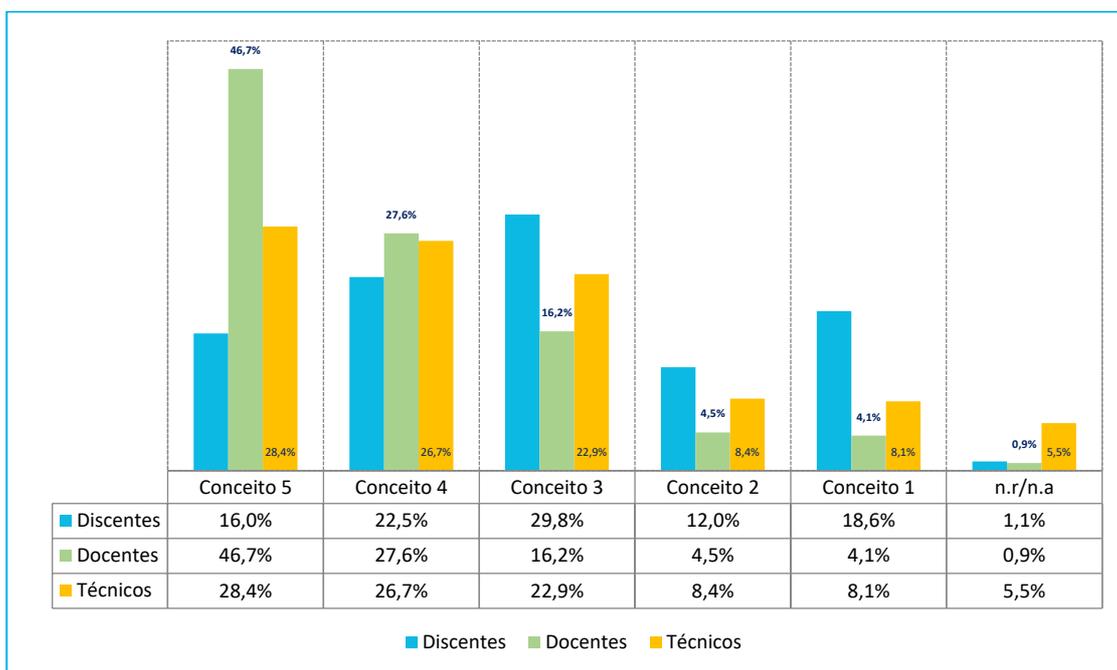


Fonte: CPA 2022

De acordo com o gráfico podemos observar que 60,9% dos docentes, 45,8% dos técnicos administrativos e apenas 37,2% dos discentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e a participação da comunidade acadêmica.

De acordo com o relatório de gestão 2022 e o PDI, a estrutura organizacional da UFPB envolve: os Conselhos Superiores (CONSUNI, CONSEPE E CURADOR), que correspondem às primeiras instâncias de decisão; a Administração Central (Reitoria e Pró-Reitorias), a quem compete a coordenação das atividades meio e fim e os centros de ensino que, por meio de suas unidades próprias, desempenham funções deliberativas e executivas no tocante à administração setorial. Os órgãos suplementares são criados pelo Consuni com a finalidade de apoiar e executar atividades específicas em suas respectivas competências.

Pergunta 2 – Os mandatos dos membros dos órgãos superiores (CONSUNI, CONSEPE E CONSELHO CURADOR) são regulamentados?



Fonte: CPA 2022

Conforme o gráfico acima, podemos observar que 74,3% dos docentes, 55,1% dos técnicos administrativos e apenas 38,5% dos discentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a regulamentação dos mandatos dos membros dos órgãos superiores.

De acordo com a resolução CONSUNI/UFPB 07/2022 que aprova o estatuto da UFPB no seu art. 23., regulamenta o Conselho Universitário, órgão deliberativo superior em matéria de política geral da Universidade, compõe-se: do Reitor, como Presidente; do Vice-Reitor, como Vice-Presidente; do Pró-Reitor de Administração; do Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; dos Diretores de Centros; de um representante do pessoal docente de cada Centro; da representação do pessoal discente; da representação do pessoal técnico-administrativo e de um representante da comunidade.

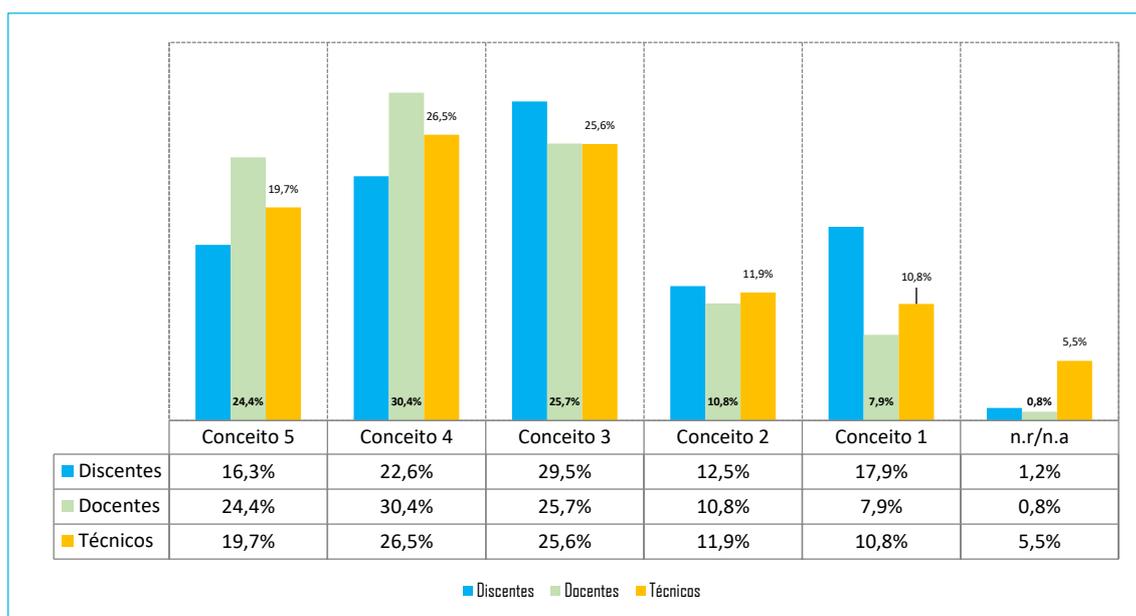
O estatuto da UFPB no seu art. 26., trata do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão deliberativo superior da Universidade em matéria de natureza acadêmica, compõe-se: do Reitor, como Presidente, do Vice-Reitor, como Vice-Presidente, do Pró-Reitor de Graduação; do Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa; do Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários; de dois representantes do pessoal docente de cada Centro dos *campi* I, II e III; de um representante da comunidade

da representação do pessoal discente e da representação do pessoal técnico-administrativo.

E no seu art. 29, também regulamenta o Conselho Curador, órgão fiscal e deliberativo em assuntos econômicos e financeiros da Universidade, compõe-se dos seguintes membros: três professores da Universidade, representantes do Conselho Universitário; três professores da Universidade, representantes do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão; representação do pessoal discente, indicada na forma do Regimento Geral e um representante da comunidade, escolhido pelo Conselho Social Consultivo.

Os mandatos dos membros dos conselhos são regulamentados pela mesma resolução CONSUNI/UFPB 07/2022, onde os representantes do pessoal docente de cada Centro, serão eleitos pelos docentes do respectivo Centro, sendo o resultado homologado pelo Conselho do Centro correspondente, juntamente com seus suplentes, que os substituirão em suas faltas e impedimentos, com mandato de dois anos, permitida uma única recondução para mandato consecutivo.

Pergunta 3 – A gestão institucional superior sistematiza e divulga as decisões dos órgãos colegiados superiores (CONSEPE, CONSUNI e CONSELHO CURADOR)?

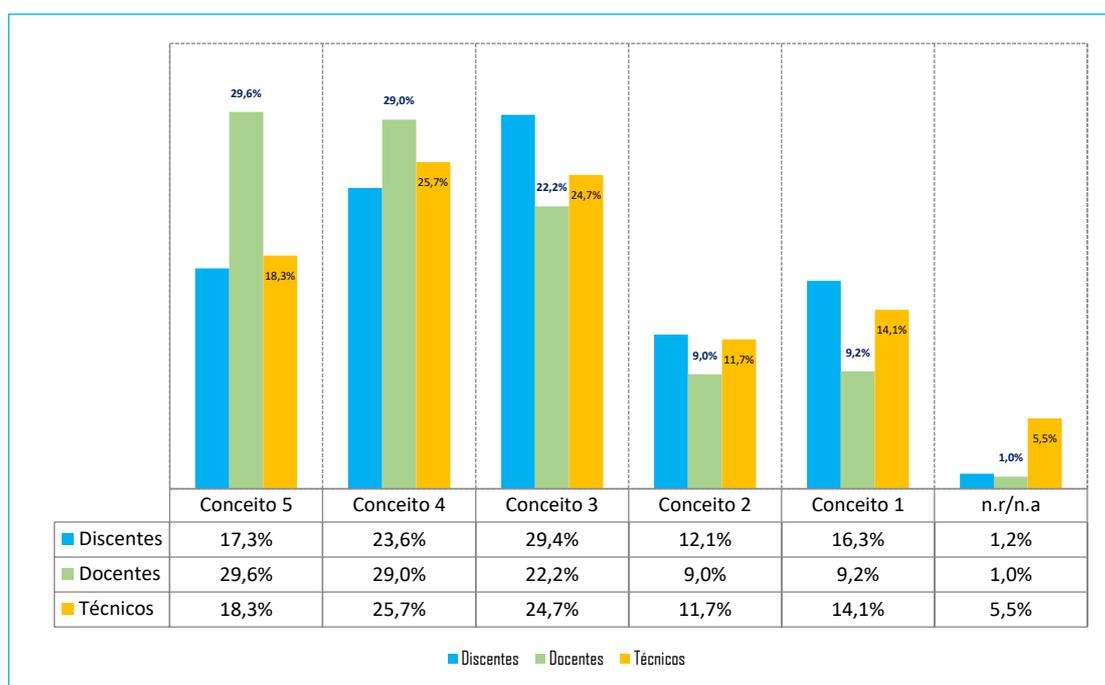


Fonte: CPA 2022

De acordo com o gráfico podemos observar que 54,8% dos docentes, 46,2% dos técnicos administrativos e apenas 38,9% dos discentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a sistematização e divulgação das decisões dos órgãos colegiados superiores.

Todas as resoluções discutidas e aprovadas nos conselhos são divulgadas na página: https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf, onde é possível escolher através do filtro de busca qual o conselho superior, se CONSUNI, CONSEPE ou CURADOR, podendo também realizar a busca pelo número da resolução, pelo ano ou palavra-chave.

Pergunta 4 – A gestão institucional do Centro sistematiza e divulga as decisões do órgão Colegiado do Centro (Conselho de Centro)?

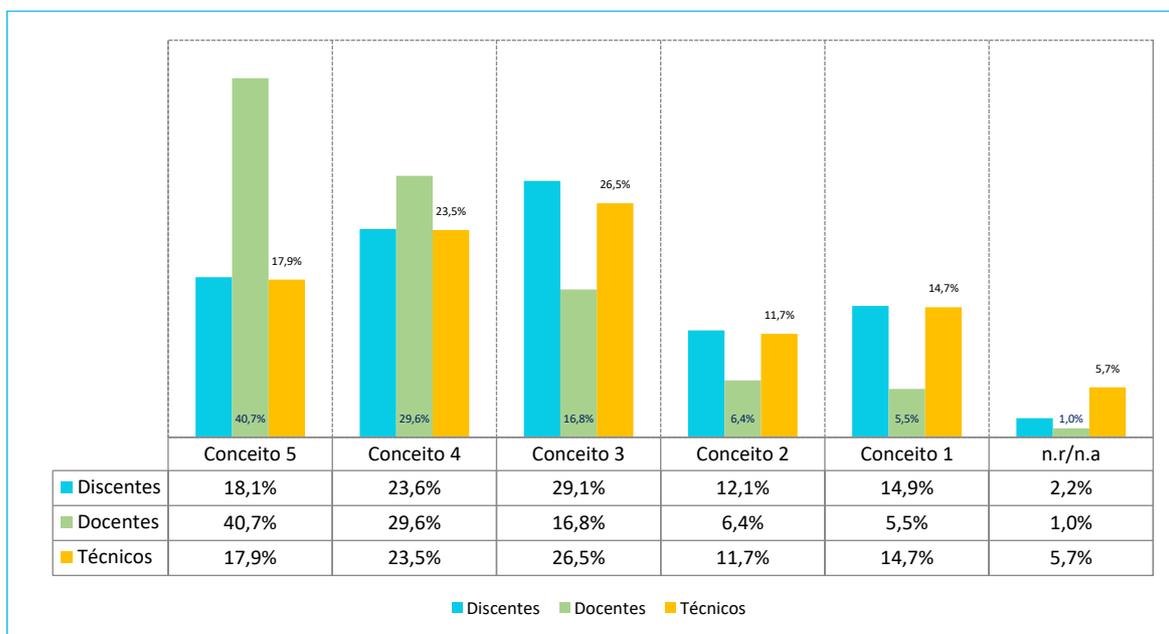


Fonte: CPA 2022

Conforme o gráfico acima, podemos observar que 58,6% dos docentes, 44,0% dos técnicos administrativos e apenas 40,9% dos discentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com sistematização e divulgação as decisões dos órgãos Colegiados dos seus Centros de Ensino.

Participam das reuniões dos Conselhos de Centros, diretor e vice-diretor, chefes de departamento, coordenadores dos cursos, representante técnico-administrativo, representante discente com direito a voto e representantes dos Conselhos Superiores e os Assessores do Centro sem direito a voto. Todas os processos no âmbito da UFPB atualmente são cadastrados via SIPAC e podem ser acessados por toda comunidade acadêmica. Os processos podem ser verificados pela página: <https://sipac.ufpb.br/public/jsp/portal.jsf>, com sistema de busca pelo número do processo, nome do interessado, matrícula, CPF ou CNPJ.

Pergunta 5 - A gestão institucional do curso sistematiza e divulga as decisões do órgão colegiado do Departamento (Reuniões Departamentais)?



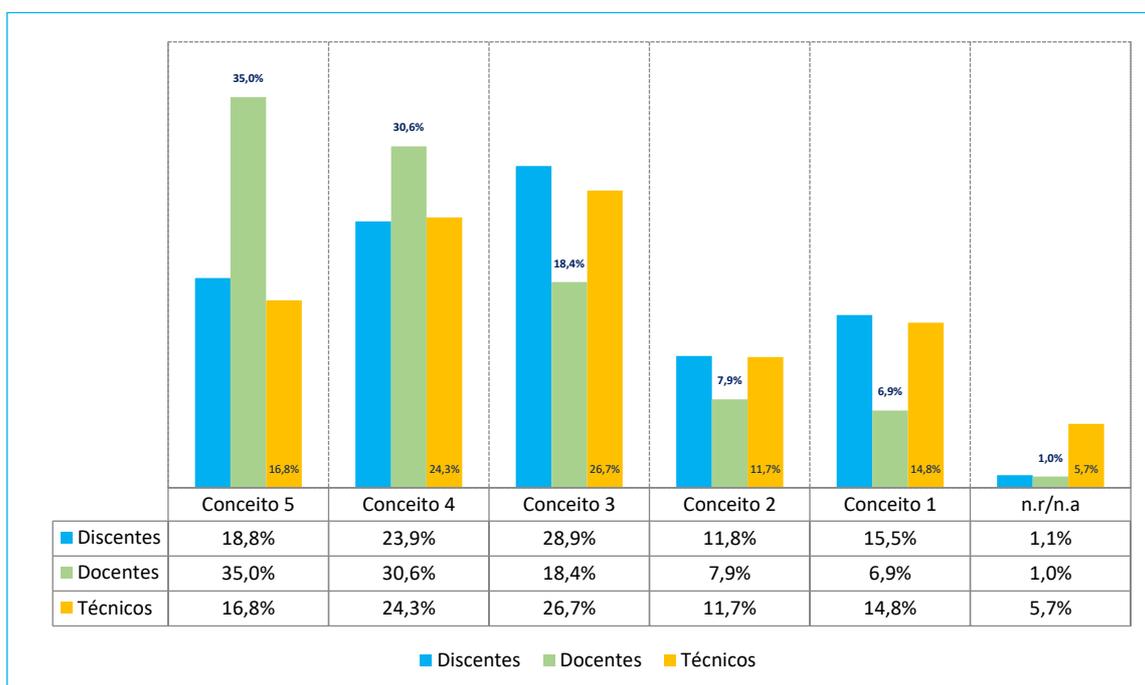
Fonte: CPA 2022

De acordo com o gráfico podemos observar que 70,3% dos docentes, e apenas 41,4% dos técnicos administrativos e 41,7% dos discentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a sistematização e divulgação das decisões dos órgãos colegiados departamentais.

De acordo com o estatuto da UFPB, o Departamento é a unidade de ensino, pesquisa e extensão, para efeito de organização didática e administrativa, compreendendo

disciplinas afim, e compõe-se do pessoal docente nele lotado. O pessoal discente terá uma representação junto ao Departamento, indicada na forma do Regimento Geral. O pessoal técnico-administrativo terá um representante no Colegiado Departamental eleito por seus pares, para mandato de um ano, permitida uma única recondução para mandato consecutivo.

Pergunta 6 – A gestão institucional do curso sistematiza e divulga as decisões do órgão colegiado do Curso (Colegiado do Curso)?



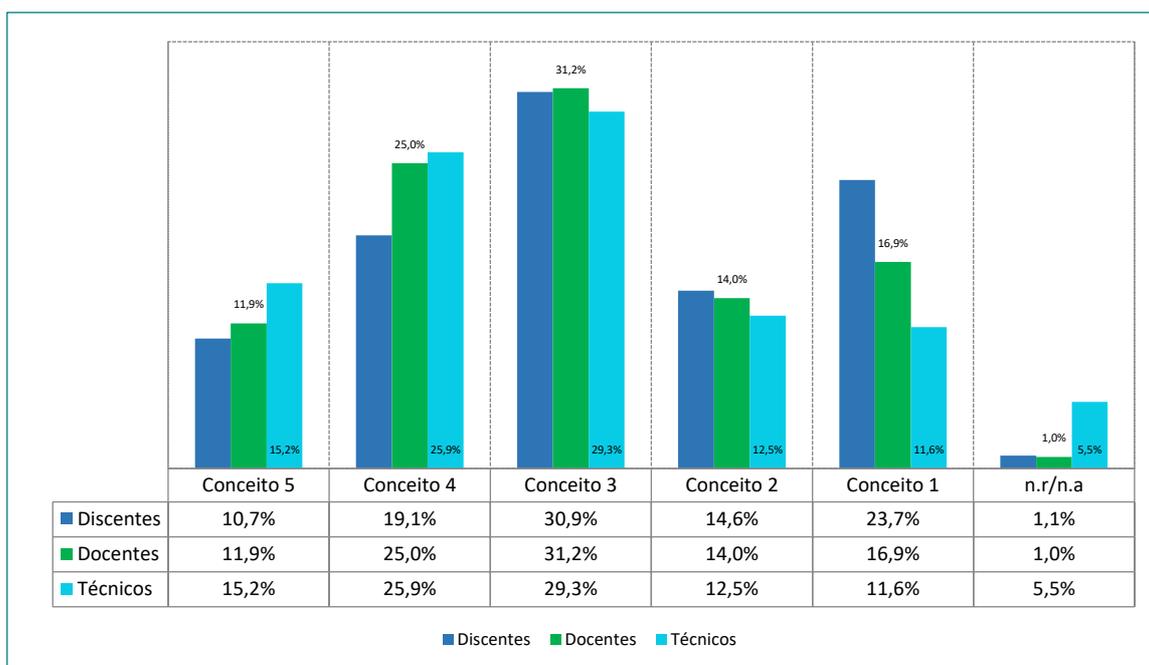
Fonte: CPA 2022

Conforme os resultados, podemos observar que 65,6% dos docentes, e apenas 41,1% dos técnicos administrativos e 42,7% dos discentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a sistematização e divulgação das decisões dos órgãos colegiados dos cursos.

De acordo com o Estatuto da UFPB, no seu art. 59, na forma do que dispuser o Regimento Geral, serão instituídos colegiados, com funções deliberativas, para coordenação didática dos cursos de graduação e pós-graduação.

Indicador: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Pergunta 7- O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) prevê uma gestão orçamentária e financeira participativa e eficiente?



Fonte: CPA 2022

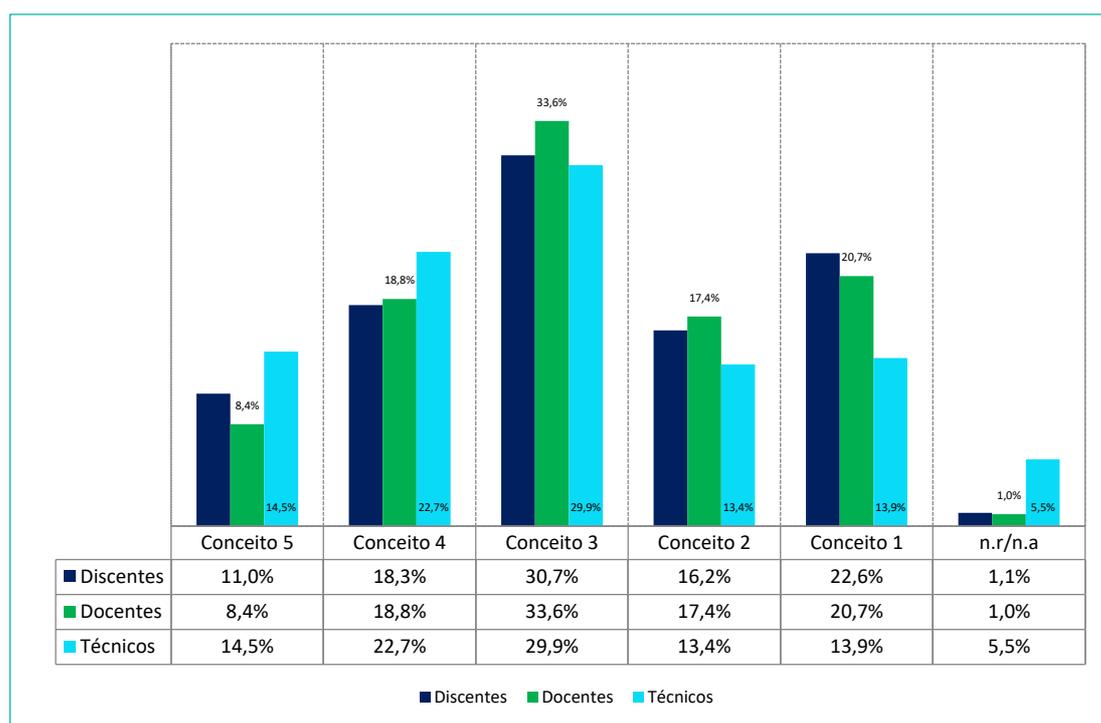
Conforme com os resultados, podemos observar que 36,9% dos docentes, 41,1% dos técnicos administrativos e apenas 29,8% dos discentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com gestão orçamentária e financeira participativa do PDI.

Um dos objetivos estratégicos do PDI (2019-2023) é justamente assegurar uma gestão orçamentária e financeira participativa e eficiente, priorizando as ações estratégicas, com a Otimização da alocação dos recursos orçamentários e financeiros, desde o planejamento até a execução, buscando, de forma participativa, dar efetividade ao alinhamento entre orçamento, estratégia e gestão e distribuindo os recursos orçamentários de modo a assegurar a execução dos programas, projetos e ações que contribuirão para o alcance dos objetivos estratégicos, de acordo com as prioridades estabelecidas no PDI. Uma das metas para 2022 é alinhar 100% dos planos orçamentários anuais aos objetivos estratégicos do PDI.

De acordo com o relatório de gestão de 2022, A instituição elaborou seu planejamento orçamentário para 2022 no exercício anterior, conforme regras

estabelecidas pelo órgão orçamentário setorial (MEC) e demais normas legais. Esse planejamento é agrupado e, considerando o princípio orçamentário da unidade, constitui parte da Proposta de Lei Orçamentária Anual da União (LOA), que posteriormente é apreciada pelo Congresso Nacional, tornando-se lei após a conclusão do processo legislativo. Após sanção, a UFPB analisou todas as despesas previstas para o ano de 2022 e estabeleceu novas prioridades para garantir o funcionamento e retorno das atividades presenciais na instituição. Desta forma, a UFPB executou, em 2022, 99,98% do orçamento de despesas de capital e 98,15% do orçamento relativo às despesas correntes. Esses percentuais superam as execuções orçamentárias da instituição nos últimos seis anos, colocando a execução orçamentária de 2022 como a melhor do período.

Pergunta 8 - O orçamento está de acordo com as políticas de ensino, pesquisa e extensão da instituição?

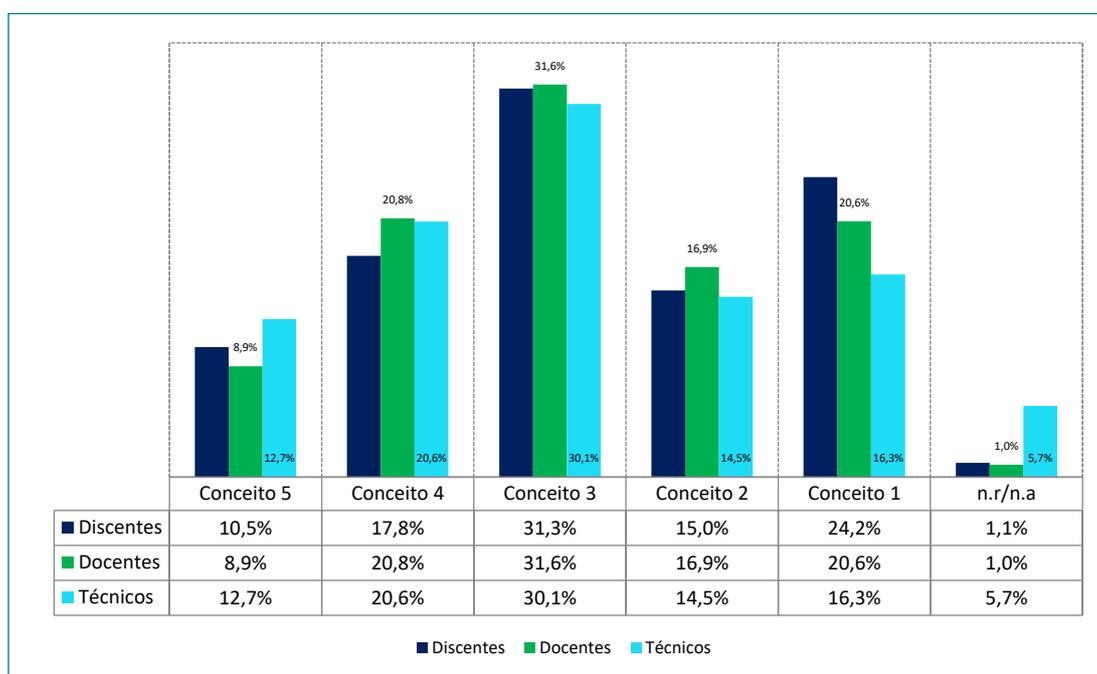


Fonte: CPA 2022

Conforme com os resultados, podemos observar que apenas 27,2% dos docentes, 37,2% dos técnicos administrativos e 29,3% dos discentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o orçamento para políticas de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

De acordo com o relatório de gestão de 2022, “Detalhando a execução das principais ações orçamentárias, pode-se afirmar que a ação 20RL (Educação Profissional e Tecnológica) foi reduzida, conforme proposta apresentada pelo poder executivo e aprovada pelo congresso federal. Mesmo dentro desse cenário, o planejamento garantiu a manutenção das despesas previstas e demais ações institucionais relacionadas à pesquisa, extensão e ensino”.

Pergunta 9 - O orçamento prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos?

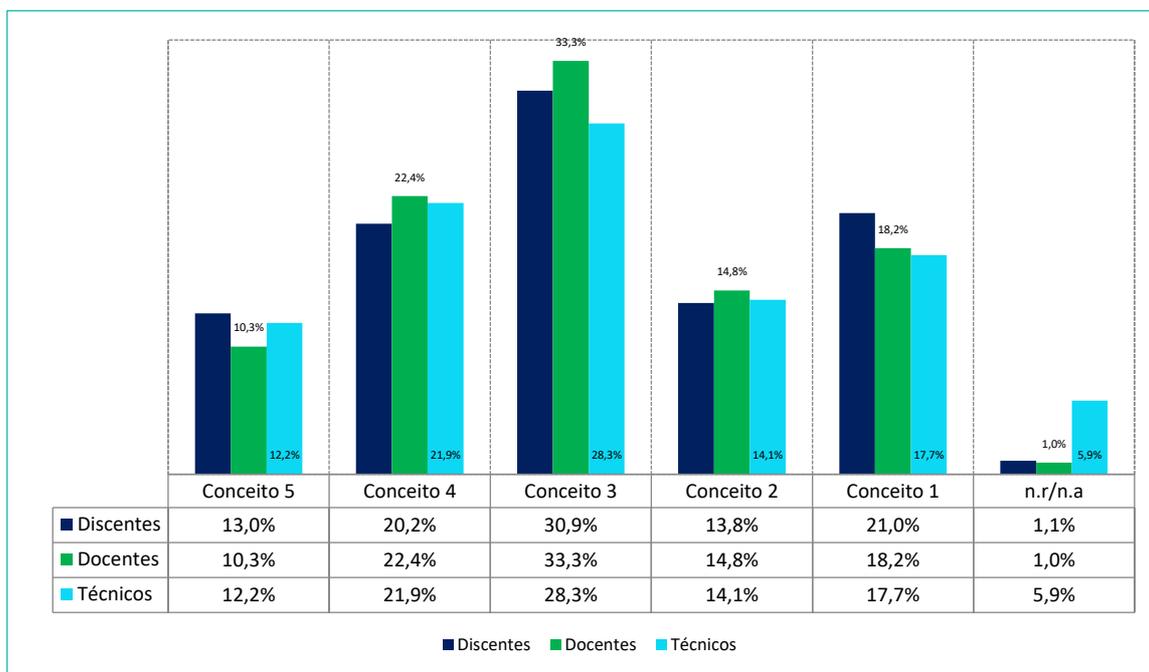


Fonte: CPA 2022

Conforme o gráfico acima, podemos observar que apenas 29,7% dos docentes, 33,3% dos técnicos administrativos e 28,3% dos discentes estão satisfeitos com a ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos para o orçamento.

Um dos objetivos estratégicos do PDI é ampliar a captação de recursos externos, com expansão das ações institucionais de captação de recursos orçamentários, visando a ampliação da receita para a execução de projetos acadêmicos, melhoria da infraestrutura e atividades administrativas, por meio de parcerias e arrecadações próprias. Uma das metas é ampliar em 50% as parcerias externas nacionais e internacionais que gerem recursos.

Pergunta 10 - A instituição apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados?



Fonte: CPA 2022

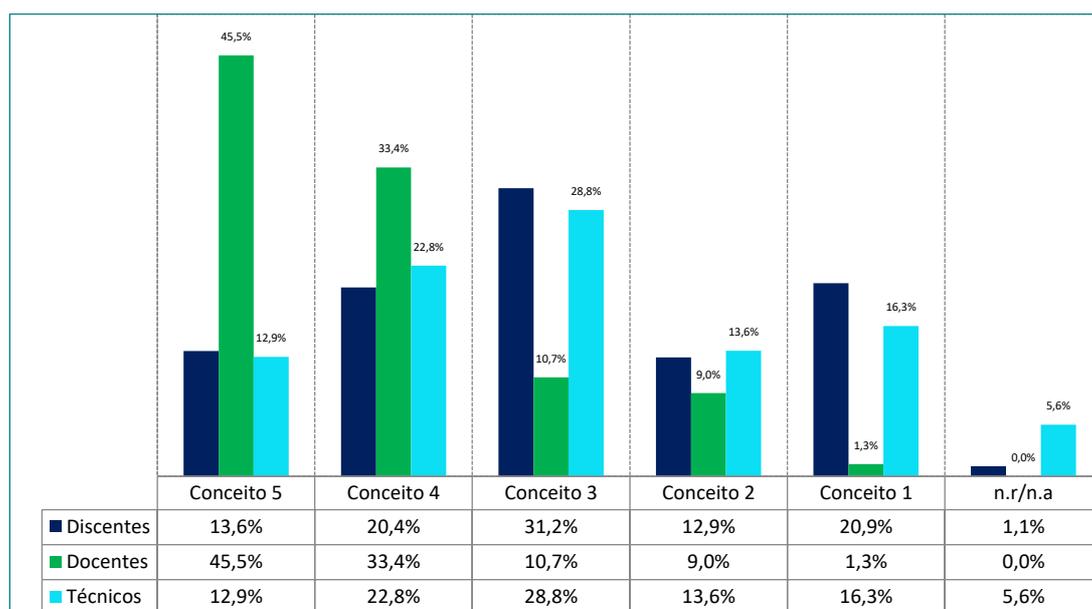
De acordo com os resultados, podemos observar que apenas 32,7% dos docentes, 34,1% dos técnicos administrativos e 33,2% dos discentes estão satisfeitos com os estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizado.

Conforme o PDI (2019-2023), considerando as informações consolidadas através do diagnóstico da UFPB e da avaliação do PDI 2014- 2018, foi concluída a etapa de construção do plano, sendo definidos os objetivos, indicadores, metas e ações a serem executadas no período de 2019-2023, utilizando-se como ferramenta de gestão estratégica o Balanced Score Card (BSC). Nesta ferramenta, há a definição de quatro perspectivas, quais sejam: financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento. De modo a garantir uma utilização mais adequada à Administração Pública, especialmente às especificidades presentes em instituições de ensino superior, as perspectivas do modelo foram adaptadas da seguinte forma: UFPB e Sociedade, processos internos, pessoas e infraestrutura e orçamento. Após a consolidação do modelo, construiu-se o Mapa Estratégico contendo, além das perspectivas, os objetivos estratégicos a serem

alcançados. Em seguida, foram definidos indicadores de desempenho relacionados aos objetivos estratégicos, bem como as metas a serem realizadas.

Para cada objetivo estratégico, foram selecionados indicadores de desempenho, com vistas a monitorar o seu cumprimento. Utilizou-se, como base de seleção dos indicadores, alguns estudos elaborados por outras instituições, tais como os indicadores do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Administração e Planejamento (ForPlad), indicadores de gestão do TCU e outros documentos de avaliação institucional, sendo selecionados, por meio da Administração Superior, aqueles que melhor representam a realidade da UFPB. Foram definidos 79 indicadores e 109 metas para o PDI 2019-2023.

Pergunta 11 - A instituição considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas orientando a tomada de decisões internas?



Fonte: CPA 2022

De acordo com os resultados, podemos observar que 78,9% dos docentes, 35,7% dos técnicos administrativos e 34% dos discentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos que a instituição considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas orientando a tomada de decisões internas.

Sabe-se que, dentro de uma Instituição de Ensino Superior – IES, a Comissão Própria de Avaliação é responsável por articular e coordenar a Avaliação Institucional Interna dessa instituição, com o fito de proporcionar um acompanhamento permanente contemplando todas as esferas da vida acadêmica, como: ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Esta Comissão também possui as atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Reitor, de forma a assegurar a implantação, a operacionalização e o acompanhamento do Programa de Avaliação Institucional.

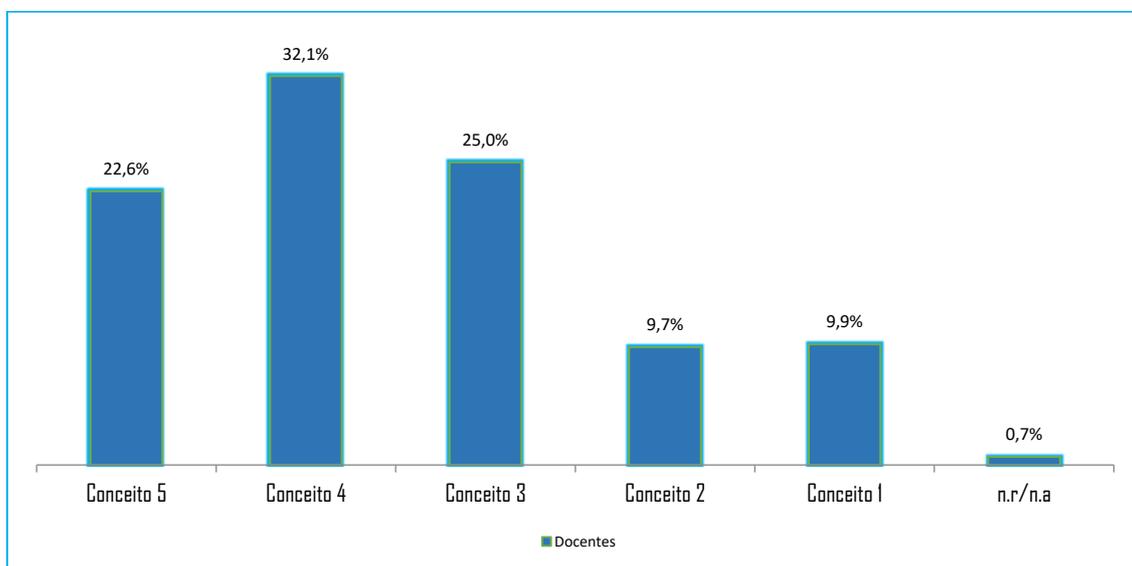
Os resultados das avaliações internas realizados pela CPA são encaminhados aos gestores e setores responsáveis, para que possa ser utilizado para orientações na tomada de decisões internas.

Indicador: POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

De acordo com o PDI (2019-2023), o corpo docente da UFPB é regido pelo Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, possibilitando o desenvolvimento da carreira por meio de progressão funcional e promoção. Há, ainda, a concessão da Retribuição por Titulação para o Magistério Superior e o Reconhecimento de Saberes e Competências para o Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é responsável por prestar assessoramento à PROGEP, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, bem como à Comissão de Reconhecimento de Saberes e Competências.

Pergunta 12 - A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais?



Fonte: CPA 2022

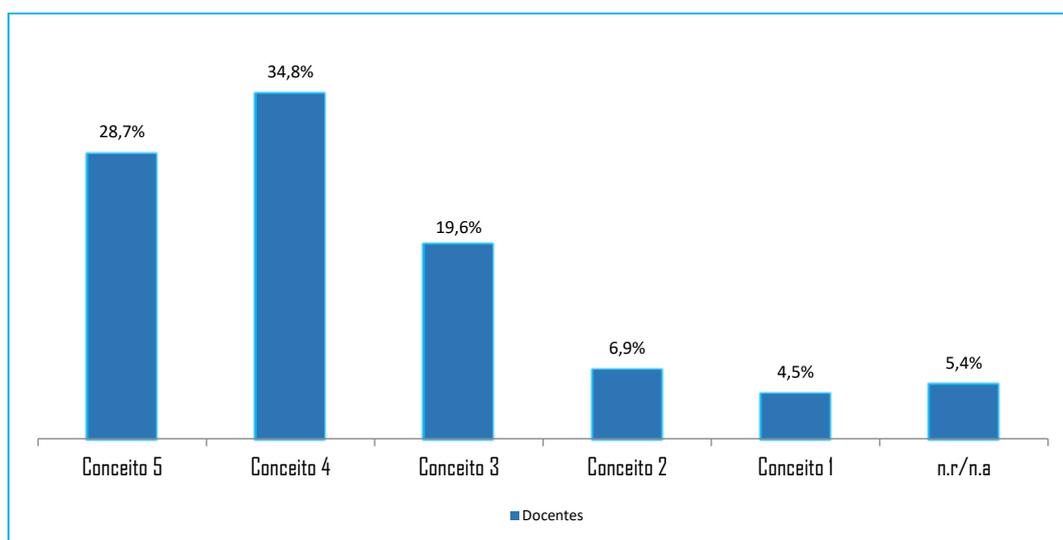
Observando os resultados, 54,7% dos docentes se dizem satisfeitos ou muito satisfeitos com a política de incentivo a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos e culturais.

Em 2022, os docentes e seus estudantes participaram de eventos científicos durante o XXX Encontro de Iniciação Científica da UFPB (ENIC) onde foram apresentados 1273 trabalhos de pesquisas dos alunos de Iniciação Científica, sendo 112 trabalhos da área de Ciência Exatas; 153 da área das Engenharias; 311 trabalhos na área de Ciências da Saúde; 114 da área Biológicas; 143 trabalhos da área de Ciências Sociais Aplicadas; 190 trabalhos da área de Humanas; 68 trabalhos da área de Linguística; Letras e Artes; e 45 trabalhos da área de Multidisciplinar.

Além disso, outros movimentos artísticos e culturais são realizados pelo Pró-Reitoria de Extensão, com as apresentações dos projetos de extensão coordenados pelos docentes e técnicos-administrativos, durante as apresentações do ENEX. De acordo com o relatório de gestão de 2022, a UFPB também contribuiu para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio das atividades de extensão. Em 2022, a UFPB contou com um total de 8.366 extensionistas, entre eles 1667 docentes envolvidos.

Em 2022, foram realizadas 1.177 ações de extensão, sendo 141 destinadas às escolas públicas e às minorias sociais, alcançando 87 municípios paraibanos. O número de ações ficou abaixo do desejado, devido ao fato de a retomada plena das atividades presenciais de docentes, técnicos-administrativos e discentes ter se dado apenas a partir de junho de 2022, em decorrência da pandemia de Covid-19. Além disso, há desestímulo para coordenar as ações por ausência de fomento para além das bolsas estudantis, dado que os custos de deslocamentos de equipe e aquisição de insumos para operacionalização das atividades acabam, por vezes, sendo custeadas com recursos do próprio coordenador da ação, especialmente quando realizadas fora do espaço da UFPB.

Pergunta 13 - A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em cursos de capacitação e desenvolvimento pessoal?



Fonte: CPA 2022

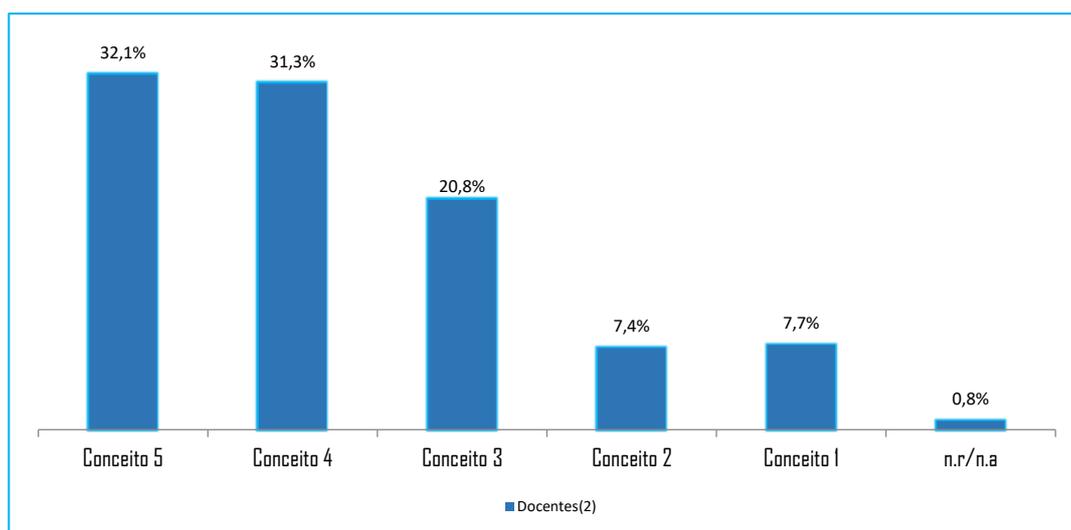
De acordo com os resultados, 63,5% dos docentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a política de capacitação docente com estímulo a participação em cursos de capacitação e desenvolvimento pessoal.

Para o período do PDI (2019-2023), as diretrizes a serem adotadas para gestão de pessoas estão sendo voltadas para as ações que possam impulsionar a qualificação/capacitação dos servidores, a otimização dos processos e o alinhamento aos objetivos estratégicos, no contexto da nova gestão pública.

De acordo com o relatório de Gestão da UFPB de 2022, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas da UFPB, no exercício de 2022, foram homologados os

estágios probatórios de 62 docentes. Foram concedidas 1720 progressões funcionais (Docentes), 119 benefícios de retribuição por titulação (docentes).

Pergunta 14- A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado?

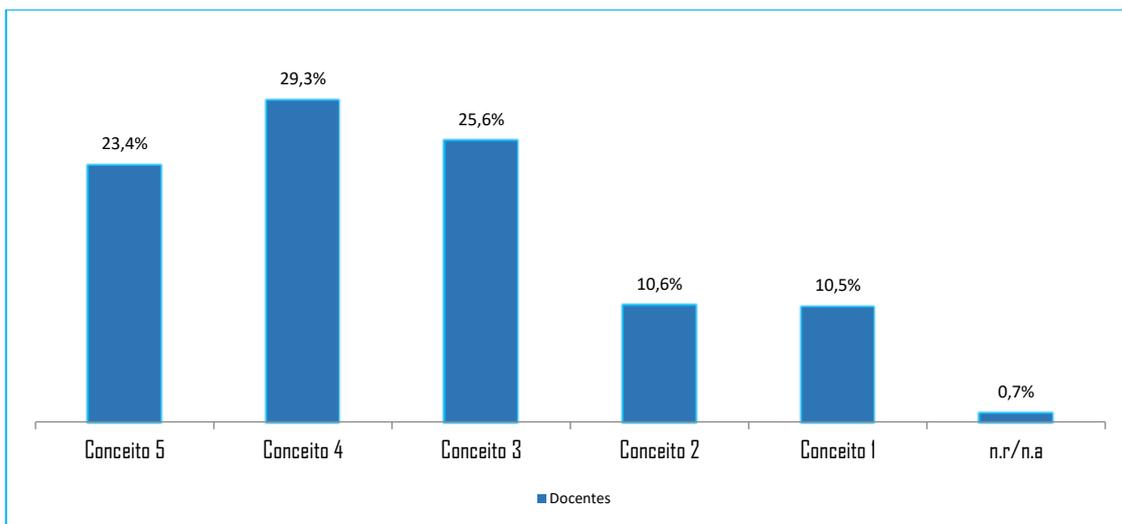


Fonte: CPA 2022

De acordo com os resultados, 63,4% dos docentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a política de capacitação docente para qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.

No PDI, a UFPB conta três objetivos estratégicos voltados à área de gestão de pessoas, e um deles é capacitar e qualificar os servidores em áreas estratégicas, o objetivo para 2022 era aumentar a Taxa de Docentes Efetivos com Doutorado para 79%, os resultados superaram as metas estabelecidas e os valores alcançados em 2022 foram de 87%. Constituindo assim um corpo docente composto majoritariamente por professores doutores.

Pergunta 15 - A política de capacitação docente e formação continuada estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de pós-doutorado?

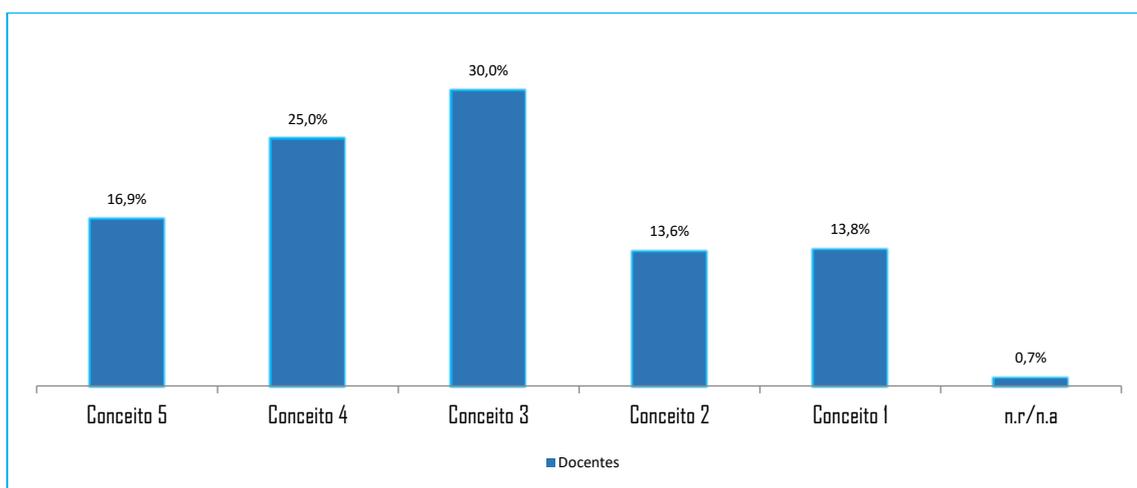


Fonte: CPA 2022

De acordo com os resultados, 52,7% dos docentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o estímulo para participação em programas de pós-doutorado.

A iniciativa para participação em programas de pós-doutorado parte do docente, que pode solicitar licença capacitação para formalizar seus estudos. Importante observar que deve estar previsto no PDP do seu respectivo departamento no ano anterior a solicitação.

Pergunta 16 - A política de capacitação docente e formação continuada estimula a internacionalização?



Fonte: CPA 2022

Com base nos resultados, apenas 41,9% dos docentes estão satisfeitos com a política de internacionalização. No entanto, 30% são indiferentes a política de

internacionalização, o que é necessário verificar se isso pode ser o reflexo da falta de conhecimento das atividades do setor.

A política de internacionalização está muito mais atrelada as atividades docentes devida as atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão na graduação e nas pós-graduações.

Um dos objetivos estratégicos do PDI (2019-2023) é consolidar e ampliar as ações de internacionalização, visando o desenvolvimento de ações para o ensino, pesquisa e extensão, com vistas a fortalecer o processo de internacionalização da Universidade, tornando-a partícipe da produção global de conhecimento, através de intercâmbios acadêmicos, parcerias com centros de pesquisa, órgãos de fomento, agências internacionais, dentre outros.

Para isso umas das metas estabelecidas no PDI foi de aumentar em 30% a taxa de internacionalização da produção científica na UFPB.

De acordo com os indicadores do PDI, os resultados do relatório de gestão de 2022, trazem dados do número de publicações técnico-científicas publicadas em periódicos internacionais, os valores desejados para 2022 eram de 1.328 publicações, no entanto só foram publicados 963. E para publicações técnico-científicas em coautoria com pesquisadores de instituições internacionais o esperado para 2022 era 486 publicações, no entanto foram publicadas 382.

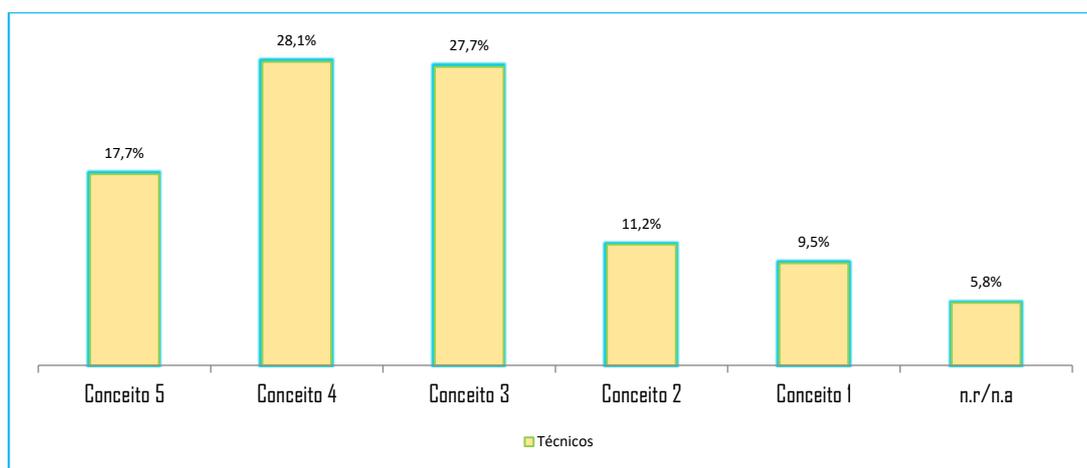
De acordo com o relatório os indicadores relacionados à internacionalização da UFPB mostram uma redução, em relação ao ano de 2021 e a projeção para 2022, no número de publicações técnico-científicas publicadas em periódicos internacionais e de publicações técnico-científicas em coautoria com pesquisadores de instituições internacionais. No primeiro caso, houve o encerramento da chamada interna da Propesq, em junho de 2022, por motivo de execução total do orçamento destinado a este edital, levando ao lançamento de uma chamada interna conjunta. Contudo, as chamadas não puderam contemplar um número maior de artigos A1 (publicados em periódicos internacionais) em razão da alta do valor do dólar e do euro. Além disso, foi aberto procedimento administrativo para aquisição de licença de software de correção gramatical, ortográfica e semântica para escrita acadêmica na língua inglesa, porém não foi possível finalizar o trâmite no prazo previsto em normativa interna. Já o decréscimo das parcerias com pesquisadores internacionais se relaciona também com os efeitos da pandemia da Covid-19 e do redimensionamento de gastos.

Indicador: POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

De acordo com o PDI (2019-2023), o corpo técnico administrativo da UFPB é regido pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, possibilitando o direito à progressão por mérito profissional e capacitação, incentivo à qualificação, entre outros. No âmbito da UFPB, é adotada a política de planejamento e execução do plano bianual de capacitação e qualificação dos servidores sendo, para tanto, realizado o Levantamento de Necessidades de Capacitação e, através deste, ofertadas ações de acordo com a realidade e a necessidade dos centros e unidades administrativas desta instituição. As ações são, preferencialmente, ministradas pelos próprios servidores selecionados por meio de processo seletivo.

Um dos objetivos estratégicos do PDI é capacitar e qualificar os servidores em áreas estratégicas para desenvolvimento de habilidades e competências dos servidores (técnico-administrativos e docentes) por meio de incentivo e promoção de cursos de qualificação e capacitação, de modo a atender as necessidades da instituição nas áreas estratégicas para o alcance dos objetivos estabelecidos no PDI.

Pergunta 17 - A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais?

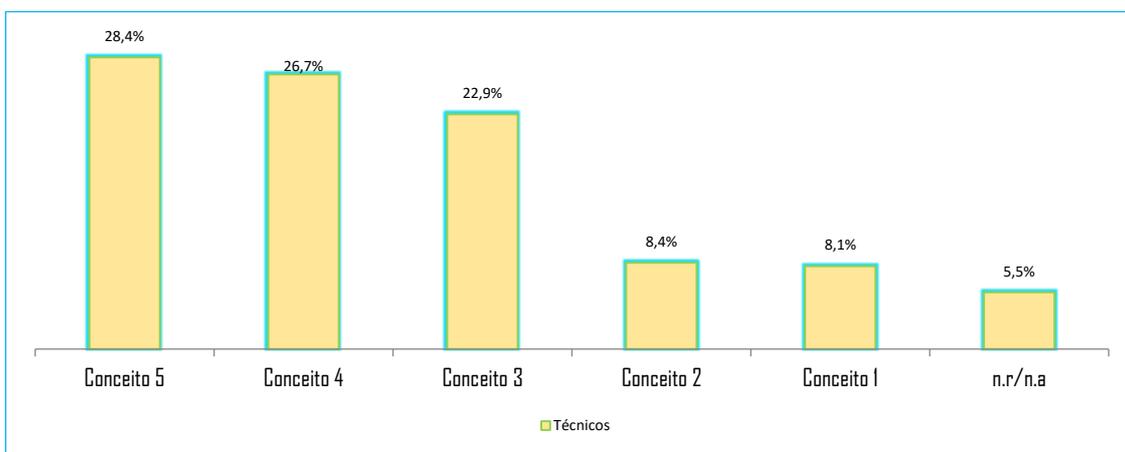


Fonte: CPA 2022

De acordo com o gráfico apenas 45,8% dos técnicos-administrativos estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a política de estímulos para participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais.

Os projetos de extensão também contam com a participação dos técnicos administrativos como coordenadores ou colaboradores das propostas. De acordo com o relatório de gestão de 2022, a UFPB contou com um total de 8.366 extensionistas, entre eles 493 técnicos-administrativos envolvidos.

Pergunta 18 - A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em cursos de capacitação e desenvolvimento pessoal?



Fonte: CPA 2022

De acordo com o relatório de Gestão da UFPB de 2022, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas da UFPB, exercício 2022, foi balizado pelas diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, pela avaliação das ações realizadas no exercício anterior e pelo Levantamento de Necessidades de Capacitação e Qualificação dos servidores informados no Plano de Desenvolvimento de Pessoas.

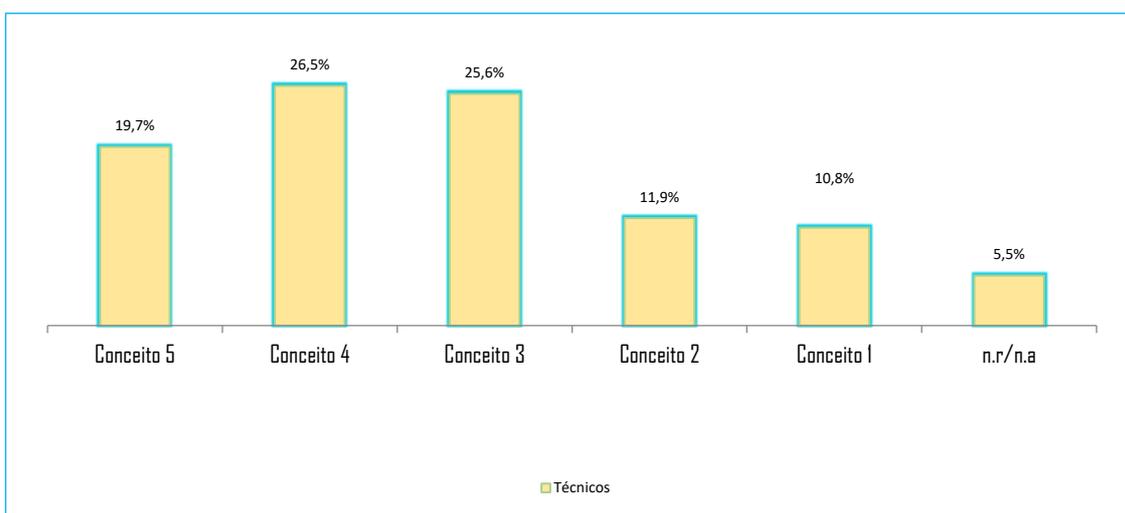
No ano de 2022, esse levantamento de necessidades de capacitação contou com a adesão da grande maioria das unidades acadêmicas e administrativas da UFPB, o que resultou em um detalhado relatório das demandas de capacitação por ambiente organizacional em três aspectos: a competência a ser desenvolvida pelo servidor, a ação de capacitação/qualificação que desenvolverá a competência e o quantitativo de servidores que necessitam realizar a ação.

No PDI, a UFPB conta três objetivos estratégicos voltados à área de gestão de pessoas. Na perspectiva de execução do PDP/2022, a PROGEP ofertou 1.089 vagas para servidores técnicos e docentes, no decorrer do ano de 2022, por meio de 18 eventos de

capacitação, nos quais foram registradas 1.332 inscrições. Todavia, não obstante a essa oferta de vagas/cursos, o número de certificações e a taxa de servidores capacitados não alcançaram os valores desejados para 2022, que foram de 19,73% de servidores capacitados.

A Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas, visando atender aos desafios futuros, planeja ações direcionadas à capacitação e desenvolvimento de pessoas, à administração da diversidade e da diferença geracional de seus colaboradores, à implantação do programa de gestão e à retenção de talentos.

Pergunta 19 - A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado?



Fonte: CPA 2022

De acordo com as respostas, 46,2% dos técnicos-administrativos estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a política de capacitação para mestrado e doutorado. E 25,6% responderam que são indiferentes a política de capacitação.

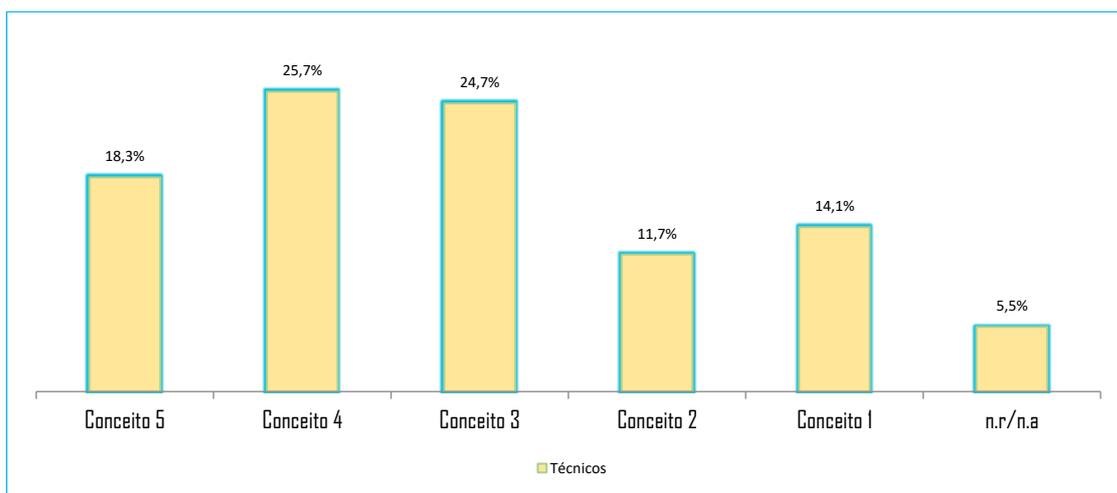
Anualmente a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas- PROGEP, lança edital com o processo seletivo de fluxo contínuo para concessão de afastamentos para Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu e Estágio Pós-doutoral aos servidores técnico-administrativos de acordo com os editais PROGEP 12/2022 e PROGEP 41/2021. O objetivo deste edital é selecionar e classificar servidores técnico-administrativos interessados em se afastar integralmente das atividades da UFPB para realização de cursos de mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

Um dos requisitos para solicitação é que o afastamento para Pós-Graduação deverá estar previsto no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da UFPB, observando a necessidade de desenvolvimento a ser atendida com o afastamento enviado pela Unidade do servidor. O edital é lançado no ano anterior para afastamento no ano seguinte. No ano de 2021, foram aprovados 81 candidatos para afastamento no ano de 2022, de acordo com o Edital PROGEP 41/2021. Para o ano de 2023 foram ofertadas 120 vagas para afastamento.

As informações podem ser encontradas na página da PROGEP/UFPB: <https://progep.ufpb.br/progep/contents/menu/Institucional/capacitacao/processos-seletivos>.

De acordo com relatório de gestão de 2022, os indicadores relacionados à qualificação da força de trabalho, superaram as metas estabelecidas, evidenciando um corpo técnico-administrativo que busca uma aprendizagem formal estruturada e orientada para a carreira e currículo, com base em funções ou níveis da organização. A Taxa de Técnicos Administrativos com Especialização, Mestrado e Doutorado alcançaram 50,94% no ano de 2022.

Pergunta 20 - A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a participação em qualificação acadêmica em programas de pós-doutorado?



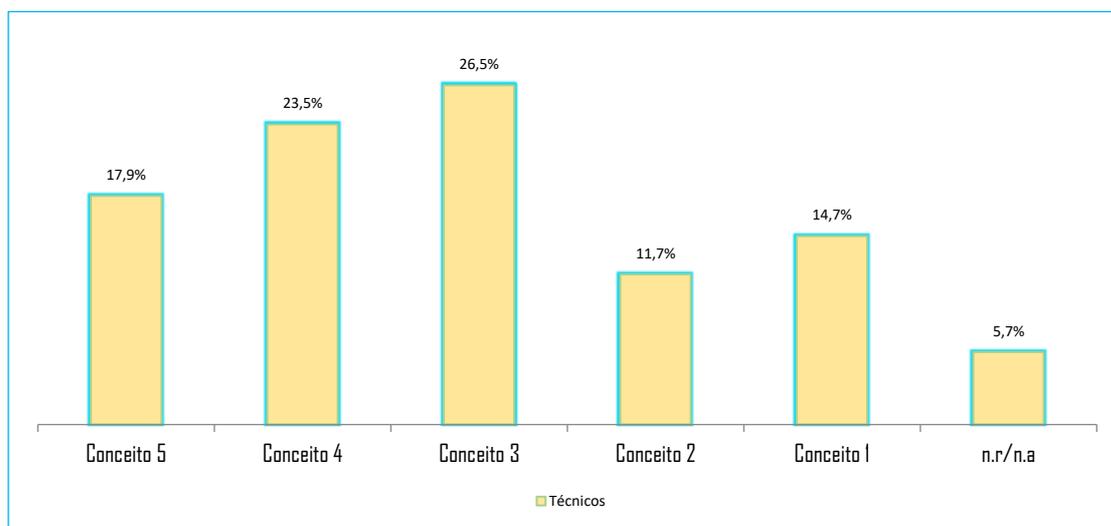
Fonte: CPA 2022

De acordo com os resultados apenas 44% dos servidores técnicos-administrativos estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o estímulo a qualificação acadêmica em programa de pós-doutorado.

Os mesmos editais de fluxo contínuo (PROGEP 12/2022 e PROGEP 41/2021) para concessão de afastamentos para os servidores técnicos-administrativos concede também processo seletivo Estágio pós-doutoral. O objetivo dos editais é selecionar e classificar servidores técnico-administrativos interessados em se afastar integralmente das atividades da UFPB para realização de cursos de mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

As informações podem ser encontradas na página da PROGEP/UFPB: <https://progep.ufpb.br/progep/contents/menu/Institucional/capacitacao/processos-seletivos>.

Pergunta 21 - A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo estimula a internacionalização?



Fonte: CPA 20

De acordo com os resultados apenas 41,4% dos servidores técnicos-administrativos estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o estímulo a internacionalização.

A Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI) auxilia o planejamento, coordenação, implementação, promoção e acompanhamento da política de internacionalização da UFPB, atuando direta e efetivamente na concretização das estratégias institucionais de cooperação acadêmica internacional da UFPB em matéria de

ensino, pesquisa, inovação, cultura, extensão e gestão universitária.

AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

O plano de ação buscando superar as fragilidades encontradas e, ao mesmo tempo, fortalecer as potencialidades, são desenvolvidos pelos órgãos/unidades competentes. Para tanto, o papel da Comissão Própria de Avaliação (CPA) é subsidiar este processo, fornecendo informações relevantes para as tomadas de decisão e, concomitantemente, avaliar o andamento dos processos.

Atividade	Unidades Responsáveis
Neutralização das fragilidades e fortalecimento das potencialidades	PROPLAN PROGEP REITORIA CONSELHOS SUPERIORES PRG PROEX PROPESQ PRPG ACI CENTROS DE ENSINO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoavaliação desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação - CPA objetivou construir conhecimento e refletir sobre o conjunto de atividades, identificando carências, fortalecendo a consciência e capacidade crítica da comunidade acadêmica. Este processo abre espaço para diálogo entre os diferentes segmentos que integram a UFPB.

Assim, a identificação das fragilidades e potencialidades do eixo 4, caracteriza-se, também, como importante instrumento de gestão e, conseqüentemente, tomada de decisão. O quadro abaixo resume esses pontos fortes e fracos de cada item analisado.

Quadro 1 - Quadro Geral das potencialidades e fragilidades por indicadores

INDICADOR	POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Titulação Corpo Docente	Corpo docente com mais de 80% de doutores	
Políticas de capacitação docente e formação continuada	Capacitação Eventos técnicos científicos (ENIC/ENEX/ENID) Participação em Pós-Graduação	Divulgação dos eventos artísticos e culturais. Ampliar a quantidade de bolsas. Incentivo ao Programa de Pós-Doutorado. Divulgação das possibilidades de Internacionalização.
Políticas de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	Editais de Afastamento para servidores técnico-administrativos.	Incentivo a capacitação. Ampliar participação do corpo técnico em projetos de pesquisa e extensão. Divulgação dos eventos artísticos e culturais. Inserir o corpo técnico-administrativo nas possibilidades de internacionalização.
	Estrutura Organizacional	

<p>Processos de Gestão Institucional</p>	<p>Conselhos Superiores Regulamentação dos mandatos</p>	<p>Ampliação da divulgação das decisões colegiadas Ampliação das informações sobre gestão institucional entre técnicos-administrativos e discentes</p>
<p>Sustentabilidade Financeira: relação com o desenvolvimento Institucional</p>	<p>Indicadores de desempenho Estudos de monitoramento Metas objetivas e mensuráveis</p>	<p>Fortalecimento do orçamento para políticas de ensino, pesquisa e extensão. Ampliação das fontes captadoras de recursos. Divulgação e apropriação das metas orçamentárias por parte da comunidade acadêmica.</p>
<p>Sustentabilidade Financeira: participação da comunidade interna</p>	<p>Relatórios de Avaliações Internas Comprometimento dos docentes na avaliação interna</p>	<p>Ampliar divulgação das dos relatórios de avaliação interna entre técnicos-administrativos e discentes. Ampliar a utilização do relatório de avaliação interna para tomada de decisões.</p>